



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 130,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	...	Kz: 470 615.00
	A 1.ª série	...	Kz: 277 900.00
	A 2.ª série	...	Kz: 145 500.00
	A 3.ª série	...	Kz: 115 470.00

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 60/14:

Aprova a minuta de Contrato de Prestação de Serviços para a Elaboração do Projecto Base e Documentos de Concurso para Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça, no valor equivalente em kwanzas à Euros 3.489.295,00 e autoriza o Ministro da Energia e Águas a celebrar o referido Contrato com a Empresa COBA.

Despacho Presidencial n.º 18/14:

Cria o Comité Nacional de Habitat, coordenado pelo Ministro do Urbanismo e Habitação.

Ministério do Interior

Despacho n.º 491/14:

Dá por finda a interinidade de Vasco Arnaldo Guimarães de Castro no cargo de Director de Logística deste Ministério.

Despacho n.º 492/14:

Exonera Prudência Campos Ferreira do cargo de Directora-Adjunta de Logística deste Ministério.

Despacho n.º 493/14:

Exonera Mayomona Eduardo Gongga do cargo de Director de Asseguramento Técnico deste Ministério.

Despacho n.º 494/14:

Exonera Jorge Luís Viana dos Santos Silva do cargo de Director-Adjunto de Planeamento e Finanças deste Ministério.

Despacho n.º 495/14:

Exonera Sebastião Domingos Gunza do cargo de Director de Gabinete do Secretário de Estado do Interior.

Despacho n.º 496/14:

Exonera António Gaspar Fernandes do cargo de Director-Adjunto dos Serviços Prisionais deste Ministério.

Despacho n.º 497/14:

Exonera António Joaquim Fortunato do cargo de Consultor do Ministro.

Despacho n.º 498/14:

Exonera Jorge de Mendonça Pereira do cargo de Director do Gabinete de Estudos, Informação e Análise deste Ministério.

Despacho n.º 499/14:

Exonera Hermenegildo José Félix do cargo de Director de Planeamento e Finanças deste Ministério.

Despacho n.º 500/14:

Nomeia António Gaspar Fernandes para o cargo de Consultor do Secretário de Estado do Interior para os Serviços Penitenciários.

Despacho n.º 501/14:

Nomeia Kindoki Kimanima para o cargo de Director Geral da Caixa de Protecção Social deste Ministério.

Despacho n.º 502/14:

Nomeia Prudência Campos Ferreira para o cargo de Directora de Logística deste Ministério.

Despacho n.º 503/14:

Nomeia Jorge Luís Viana dos Santos Silva para o cargo de Director de Planeamento e Finanças deste Ministério.

Despacho n.º 504/14:

Nomeia Sebastião Domingos Gunza para o cargo de Director do Gabinete de Estudos, Informação e Análise deste Ministério.

Despacho n.º 505/14:

Nomeia António Joaquim Fortunato para o cargo de Director dos Serviços Prisionais deste Ministério.

Despacho n.º 506/14:

Nomeia Jorge de Mendonça Pereira para o cargo de Inspector Geral-Adjunto deste Ministério.

Despacho n.º 507/14:

Nomeia Maria do Rosário de Fátima Ventura Major para o cargo de Consultora do Ministro.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 508/14:

Desvincula Jacob Augusto, Aspirante, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 509/14:

Desvincula Camango Cuprendela, Motorista de Pesados de 1.ª Classe, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 510/14:

Desvincula Carlos Alberto Martins Soares, Técnico Superior de 1.ª Classe, para efeitos de reforma.

Despacho n.º 511/14:

Nomeia Felícia Meraldina Finde para o cargo de Chefe de Repartição Fiscal do Huambo, da Direcção Nacional de Impostos, deste Ministério.

Despacho n.º 512/14:

Nomeia Soba Dombaxi para o cargo de Chefe de Repartição Fiscal de Caxito, da Direcção Nacional de Impostos, deste Ministério.

Despacho n.º 513/14:

Nomeia Maria Idalina Lopes Fernandes para o cargo de Chefe de Repartição Fiscal de Viana, da Direcção Nacional de Impostos, deste Ministério.

Despacho n.º 514/14:

Nomeia Constantino Francisco Murça para o cargo de Chefe de Repartição Fiscal de Caculo, da Direcção Nacional de Impostos, deste Ministério.

Despacho n.º 515/14:

Nomeia Stefano Benza de Castro para o cargo de Chefe de Repartição Fiscal de Menongue, da Direcção Nacional de Impostos, deste Ministério.

Despacho n.º 516/14:

Nomeia Isaias Domingos para o cargo de Chefe da Repartição Fiscal de Ndalatando, da Direcção Nacional de Impostos, deste Ministério.

Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial

Despacho n.º 517/14:

Abre o Procedimento de Negociação para o fornecimento de equipamentos, instalação e configuração para a melhoria da arquitectura da rede de dados deste Ministério e cria a Comissão de Avaliação para a condução do procedimento de contratação.

Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação

Despacho n.º 518/14:

Nomeia Zolana Rui João para o cargo de Director do Gabinete de Gestão do Programa Espacial Nacional.

Ministério da Cultura

Despacho n.º 519/14:

Transfere Isabel Domingos Simão da Direcção Nacional de Direitos Autorais para o Museu Nacional da Escravatura, com a função de Chefe de Secção.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 60/14 de 6 de Março

Havendo necessidade de colmatar o défice existente na procura de energia eléctrica no País e sustentar o crescimento económico, reconhecendo o potencial Hidroeléctrico na Bacia do Médio Kwanza, foi elaborado o Estudo de Viabilidade Técnica para a Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça;

Tendo em conta que a Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça vai propiciar, entre outros benefícios, uma contribuição significativa para o desenvolvimento económico e social do País;

O Presidente da República decreta, nos termos das disposições combinadas da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado a minuta de Contrato de Prestação de Serviços para a Elaboração do Projecto-Base e Documentos de Concurso para a Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça, no valor equivalente em kwanzas a Euros 3.489.295,00 (três milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil e duzentos e noventa e cinco euros).

ARTIGO 2.º**(Autorização)**

É autorizado o Ministro da Energia e Águas a celebrar Contrato de Prestação de Serviços para a Elaboração do Projecto-Base e Documentos de Concurso para a Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça, com a Empresa COBA.

ARTIGO 3.º**(Recursos financeiros)**

O Ministro das Finanças deve assegurar os recursos financeiros necessários à implementação do Projecto.

ARTIGO 4.º**(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 5.º**(Entrada em vigor)**

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se.

Luanda, aos 27 de Fevereiro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 18/14 de 6 de Março

Tendo em conta a necessidade de criação de um regime nacional de habitat, de acordo com o estabelecido nos instrumentos jurídicos internacionais do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, do qual a República de Angola constitui um Estado Membro;

Considerando a importância da agenda do referido programa para África e o Mundo, no que concerne ao alcance do desenvolvimento sustentável;

Havendo necessidade de a República de Angola participar nos eventos internacionais relativos à matéria sobre habitat e usufruir de técnicas avançadas de pesquisa, treinamento e controlo da edificação de cidades sustentáveis que oferece o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, a título gratuito;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É criado o Comité Nacional de Habitat, coordenado pelo Ministro do Urbanismo e Habitação e que integra as seguintes entidades:

- a) Ministro das Relações Exteriores
— Coordenador-Adjunto;
- b) Ministro da Construção;
- c) Ministro dos Transportes;
- d) Ministro da Energia e Águas;
- e) Ministra do Ambiente;
- f) Ministra da Família e Promoção da Mulher;

- g) Ministro do Planeamento e Desenvolvimento Territorial;
- h) Ministro da Administração do Território.
- 2.º — O Comité Nacional de Habitat tem as seguintes atribuições:
- a) Conduzir consultas regulares com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos e com os diferentes parceiros da sub-região da África Subsaariana, sobre a agenda Habitat II, visando promover uma nova agenda urbana africana rumo à agenda Habitat III;
 - b) Organizar um cronograma de tarefas relativas à elaboração de relatórios sobre a matéria Habitat;
 - c) Elaborar o orçamento do Comité;
 - d) Manter contactos estreitos com o Departamento do UN-Habitat sobre a avaliação do progresso da implementação da agenda Habitat;
 - e) Participar em todas as reuniões internacionais neste domínio;
 - f) Executar outras tarefas que forem orientadas pelo Presidente da República.
- 3.º — No exercício das suas atribuições, o Comité Nacional de Habitat é apoiado por um Comité Nacional de Peritos, coordenado pelo Secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, coadjuvado por um dos Secretários do Ministério das Relações Exteriores e integrado por técnicos e especialistas dos Departamentos Ministeriais Membros do Comité.
- 4.º — O Coordenador do Comité deve apresentar relatórios trimestrais sobre o andamento dos trabalhos ao Titular do Poder Executivo.
- 5.º — O Comité deve concluir as tarefas definidas no ponto 2, no prazo de 180 dias contados a partir da publicação do presente Diploma, e apresentar ao Titular do Poder Executivo o relatório final dos trabalhos.
- 6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Titular do Poder Executivo.
- 7.º — O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.
- Publique-se.
- Luanda, aos 27 de Fevereiro de 2014.
- O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Despacho n.º 491/14 de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro;

Por Despacho Interno n.º 1712/12, de 29 de Outubro, foi o Comissário Vasco Arnaldo Guimarães de Castro indicado para, em regime de interinidade, assumir a responsabilidade e coordenação de todas as questões inerentes à Direcção de Logística do Ministério do Interior;

Estando ultrapassados os motivos que determinaram a vigência do referido período de interinidade e visando o alcance do provimento do novo titular do órgão, determino:

1.º — É dada por finda a interinidade no cargo de Director de Logística do Ministério do Interior do Comissário Vasco Arnaldo Guimarães de Castro, para o qual havia sido provido por Despacho Interno n.º 1712/12, 29 de Outubro.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ángelo de Barros Veiga Tavares*.

Despacho n.º 492/14 de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos da disposição do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É a Técnica Superior de 2.ª Classe Prudência Campos Ferreira exonerada do cargo de Directora-Adjunta de Logística do Ministério do Interior, para o qual havia sido nomeada por Despacho n.º 2493/12, de 8 de Novembro.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ángelo de Barros Veiga Tavares*.

Despacho n.º 493/14 de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos da disposição do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É o Técnico Superior de 2.ª Classe Mayomona Eduardo Gongga exonerado do cargo de Director de Asseguramento Técnico/MININT, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 300/13, de 12 de Março.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

Despacho n.º 494/14

de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos da disposição do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É o Intendente Jorge Luís Viana dos Santos Silva exonerado do cargo de Director-Adjunto de Planeamento e Finanças do Ministério do Interior, para o qual havia sido nomeado por Despacho n.º 2492/12, de 8 de Novembro.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

Despacho n.º 495/14

de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos da disposição do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É o Superintendente-Chefe Sebastião Domingos Gunza exonerado do cargo de Director de Gabinete do Secretário de Estado do Interior, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 1944/12, de 24 de Dezembro.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

Despacho n.º 496/14

de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos da disposição do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É o Assessor Prisional de 1.ª Classe António Gaspar Fernandes exonerado do cargo de Director-Adjunto dos Serviços Prisionais/MININT, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 133/05, de 10 de Março.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

Despacho n.º 497/14

de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos da disposição do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É o Assessor Prisional de 1.ª Classe António Joaquim Fortunato exonerado do cargo de Consultor do Ministro do Interior, para o qual havia sido nomeado por Despacho n.º 2260/12, de 19 de Outubro.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

Despacho n.º 498/14

de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos da disposição do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É o Assessor Prisional Principal Jorge de Mendonça Pereira exonerado do cargo de Director do Gabinete de Estudos, Informação e Análise do Ministério do Interior, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 4315/10, de 1 de Novembro.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

Despacho n.º 499/14

de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos da disposição do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a

alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É o Assessor prisional de 1.ª Classe Hermenegildo José Félix exonerado do cargo de Director de Planeamento e Finanças do Ministério do Interior, para o qual havia sido nomeado por Despacho Interno n.º 1714/12, de 29 de Outubro.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

Despacho n.º 500/14
de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos da disposição do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É o Assessor Prisional de 1.ª Classe António Gaspar Fernandes nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Consultor do Secretário de Estado do Interior para os Serviços Penitenciários.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

Despacho n.º 501/14
de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos da disposição do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É o Assessor Principal Kindoki Kimanima nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Director Geral da Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

Despacho n.º 502/14
de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos da disposição do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a

alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É a Técnica Superior de 2.ª Classe Prudência Campos Ferreira nomeada para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Directora de Logística do Ministério do Interior.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

Despacho n.º 503/14
de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos da disposição do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É o Intendente Jorge Luís Viana dos Santos Silva nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Director de Planeamento e Finanças do Ministério do Interior.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

Despacho n.º 504/14
de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos da disposição do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É o Superintendente-Chefe Sebastião Domingos Gunza nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Director do Gabinete de Estudos, Informação e Análise do Ministério Interior.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

Despacho n.º 505/14
de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos da disposição do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a

alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É o Assessor Prisional de 1.ª Classe António Joaquim Fortunato nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Director dos Serviços Prisionais/MININT.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

Despacho n.º 506/14
de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos da disposição do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É o Assessor Prisional Principal Jorge de Mendonça Pereira nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Inspector Geral-Adjunto do Ministério do Interior.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

Despacho n.º 507/14
de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos da disposição do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea b) do n.º 5 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É a Assessora Principal Maria do Rosário de Fátima Ventura Major nomeada para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Consultora do Ministro do Interior.

2.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho n.º 508/14
de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10,

de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Jacob Augusto, Aspirante, desvinculado dos serviços, para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2. Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 509/14
de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Camango Cuprendela, Motorista de Pesados de 1.ª Classe, desvinculado dos serviços para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2. Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 510/14
de 6 de Março

Por conveniência de serviço público;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Carlos Alberto Martins Soares, Técnico Superior de 1.ª Classe, desvinculado dos serviços, para efeitos de reforma, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho.

2. Este Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 17 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 511/14
de 6 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas

dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e das alíneas d) e l) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Felícia Meraldina Finde, Técnica Superior de 2.ª Classe da Carreira Técnica Superior deste Ministério, nomeada para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Chefe de Repartição Fiscal do Huambo da Direcção Nacional de Impostos deste Ministério.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 23 de Outubro de 2013.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 512/14
de 6 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e das alíneas d) e l) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Soba Dombaxi, Técnico Superior de 2.ª Classe da Carreira Técnica Superior deste Ministério, nomeado para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Chefe da Repartição Fiscal de Caxito da Direcção Nacional de Impostos deste Ministério.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 23 de Outubro de 2013.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 513/14
de 6 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e das alíneas d) e l) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Maria Idalina Lopes Fernandes, Técnica Superior Principal da Carreira Técnica Superior deste Ministério, nomeada para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Chefe da Repartição Fiscal de Viana da Direcção Nacional de Impostos deste Ministério.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 23 de Outubro de 2013.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 514/14
de 6 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e das alíneas d) e l) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Constantino Francisco Murça, Escriturário-Dactilógrafo da Carreira Administrativa, nomeado para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Chefe de Repartição Fiscal de Cacuaco da Direcção Nacional de Impostos deste Ministério.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 23 de Outubro de 2013.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 515/14
de 6 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e das alíneas d) e l) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Stefano Benza de Castro, Técnico Superior de 2.ª Classe da Carreira Técnica Superior deste Ministério, nomeado para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Chefe de Repartição Fiscal de Menongue da Direcção Nacional de Impostos deste Ministério.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 23 de Outubro de 2013.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 516/14
de 6 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e das alíneas d) e l) do n.º 1 do

artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1. É Isaias Domingos, Técnico Superior de 2.ª Classe da Carreira Técnica Superior deste Ministério, nomeado para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Chefe da Repartição Fiscal de Ndalatando da Direcção Nacional de Impostos deste Ministério.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 23 de Outubro de 2013.

O Ministro, *Armando Manuel*.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Despacho n.º 517/14
de 6 de Março

Havendo necessidade de aquisição e instalação de equipamentos para a melhoria da arquitectura da rede de dados do Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (MPDT), em obediência estrita à Lei n.º 20/10, de 7 de Setembro — Lei da Contratação Pública (LCP), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3/13, de 17 de Abril;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea m) do artigo 7.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (MPDT), aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 120/13, de 23 de Agosto, conjugado com o artigo 31.º e alínea c) do n.º 1 do Anexo II da LCP, determino:

1.º — É aberto o Procedimento de Negociação para o Fornecimento de Equipamentos, Instalação e Configuração para a Melhoria da Arquitectura da Rede de Dados do MPDT, ao abrigo da alínea c) do artigo 25.º da LCP;

2.º — Para a Condução do Procedimento de Contratação, nos termos do artigo 41.º da LCP, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3/13, é criada a Comissão de Avaliação, constituída por:

Antónia Paula Martins Fuabana — Coordenadora;

José Carlos Fontes Neto; e

Patrício Kyenda Vasconcelos Augusto.

3.º — O Processo de Contratação deve ser concluído no prazo de 60 dias, a contar da data da publicação do anúncio.

4.º — O presente Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 19 de Fevereiro de 2014.

O Ministro, *Job Graça*.

MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES E DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Despacho n.º 518/14
de 6 de Março

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea e) do n.º 3 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 244/12, de 6 de Dezembro, determino:

1.º — É Zolana Rui João nomeado, em comissão de serviço, para exercer o cargo de Director do Gabinete de Gestão do Programa Espacial Nacional, em conformidade com o estipulado no ponto 3 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 154/13, de 9 de Outubro.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 28 de Janeiro de 2014.

O Ministro, *José Carvalho da Rocha*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Despacho n.º 519/14
de 6 de Março

Convindo transferir os funcionários visando a colaboração institucional, tendo em conta a afinidade de funções exercidas nos demais serviços da Administração Pública, nos termos da alínea e) do artigo 12.º do Decreto Presidencial n.º 104/11, de 23 de Maio;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, da alínea h) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 211/10, de 27 de Setembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Transferência)

É Isabel Domingos Simão transferida da Direcção Nacional de Direitos Autorais para o Museu Nacional da Escravatura, com a função de Chefe de Secção, com o número de agente 08065750.

ARTIGO 2.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.
Publique-se.

Luanda, aos 21 de Janeiro de 2014.

A Ministra, *Rosa Maria Martins da Cruz e Silva*.